



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTORLE

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

Solicita auditoria do Tribunal de Contas da União no convênio firmado entre o Ministério do Esporte e o Sindicato Nacional das Associações de Futebol (Sindafebol) para o cadastramento dos torcedores das torcidas organizadas no País.

Com base no art. 100, § 1º, combinado com os arts. 32, XI, b, 60, incisos I e II e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicitamos ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria com o intuito de avaliar o convênio firmado entre o Ministério do Esporte e o Sindicato Nacional das Associações de Futebol (Sindafebol) cujo objeto é o cadastramento dos torcedores e das torcidas organizadas no País.

JUSTIFICATIVA

No dia 31 de agosto de 2011 o jornal “O Estado de São Paulo” publicou matéria intitulada “Governo dá R\$ 6 mi a cartolas e projeto para cadastrar torcida não sai do papel”. Segundo a reportagem, “o governo federal repassou R\$ 6,2 milhões a um sindicato de cartolas do futebol para um projeto da Copa do Mundo de 2014 que nunca saiu do papel. Sem licitação, o Ministério do Esporte contratou o Sindicato das Associações de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTORLE

Futebol (Sindafebol), presidido pelo ex-presidente do Palmeiras Mustafá Contursi, para fazer o cadastramento das torcidas organizadas dentro dos preparativos para a Copa. O contrato foi assinado no dia 31 de dezembro de 2010 e todo o dinheiro liberado, de uma vez só, em 11 de abril deste ano. O projeto, porém, jamais andou.”.

Além disso, segundo o jornal “as empresas que aparecem como responsáveis pelos serviços do projeto nunca foram contratadas pela entidade dos cartolas, dirigentes de clubes, que leva o nome oficial de Sindicato Nacional das Associações de Futebol Profissional e suas Entidades Estaduais de Administração e Ligas (Sindafebol). Os atestados de capacidade técnica entregues ao governo, por exemplo, foram feitos pelo próprio sindicato. (...) questionado pelo Estado, o presidente do Sindafebol admitiu que a entidade não tem estrutura para tocar o convênio. “Dissemos ao ministério que nunca tínhamos feito isso. O sindicato não tinha experiência, e se colocou à disposição do ministério.”.

Após a apresentação da denúncia, e só depois dela, no dia 1º de setembro de 2011, o Ministério do Esporte divulgou Nota Pública na qual contesta a informações apresentadas pelo jornal e, “como medida de cautela” decide convocar reunião com o Sindafebol, com o objetivo de examinar com a entidade conveniente a continuidade do convênio e das condições da sua execução.

No mesmo dia 1º de setembro o Ministério do Esporte decidiu pela manutenção do convênio. Segundo o jornal “O Lance”, o responsável pelo convênio pelo governo, Alcino Reis informou que “consideramos que o convênio cumpriu com todas as suas obrigações legais para a sua celebração e está colocado para se iniciar no momento que o sindicato julgar mais adequado.”.

Paralelamente, notícia publicada no site G1 (globo.com) informa sobre o cadastramento de torcidas que já vinha sendo feito pela Federação Paulista de Futebol. Esse cadastro, segundo a reportagem “Convênio fantasma interrompe cadastro de torcedores da Federação Paulista”, publicada em 5 de setembro de 2011, possui 46.410 pessoas torcedores. Esse cadastramento que começou em 2006, gastou nos últimos cinco anos R\$ 980 mil. Foi realizado sem dinheiro público, mas foi interrompido desde que o Ministério do Esporte firmou TAC com o Ministério Público da São Paulo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTORLE

Diante de tais fatos, e indispensável que esta casa, através do Tribunal de Contas da União realize auditoria no referido convênio, pelo que estamos apresentando o presente Requerimento.

Sala das Sessões, de de 2011.

Deputado VAZ DE LIMA